

A SITUAÇÃO DOS ENGENHOS DE CACHAÇA E RAPADURA DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

Anna Cristina Andrade Ferreira*

Resumo

A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios históricos tombados como patrimônio nacional, devido a sua implantação urbana e arquitetura, sua história, e seu valor paisagístico, com forte contribuição das propriedades rurais que a circundam. Dentre os diversos ciclos econômicos por que passou desde a sua fundação, e que contribuíram para sua formação, a cana-de-açúcar foi o único que não chegou a ser abolido totalmente da região, tendo o município abrigado mais de cem engenhos, hoje em número bem reduzido, e que mesmo atuando como testemunhas do passado não foram considerados em seu tombamento. A intenção é refletir sobre a situação atual dos engenhos, que ao longo dos anos têm sido vítimas de diversas descaracterizações, e a necessidade de ações de proteção e salvaguarda deste patrimônio, tão importante na formação da identidade cultural do município.

Palavra-chave: Engenho de cana-de-açúcar, patrimônio, preservação.

Abstract

Areia city is one of the most recent historical sites protected as national patrimony because of its urban implantation and architecture, its history, and its landscape value, with strong contribution from the farm properties that surround it. Amongst the diverse economic cycles that it has passed since its foundation, and which they had contributed for its formation, the cane-of-sugar was the only one that didn't become totally abolished in the region, having the city sheltered more than one hundred devices, but nowadays in a reduced number, and that even though it acts as witnesses of the past they had not been considered in its protection. The intention is to reflect on the current situation of the engenhos, that throughout the years have been victims of many changes, and the necessity of protection and safeguards actions for this patrimony, that is so important in the formation of the cultural identity of the city.

Key-words: Cane-of-sugar Engenho, patrimony, preservation.

Introdução

Por monumento histórico entende-se o bem selecionado pelo seu valor de rememoração, capaz de manter viva a herança cultural de uma comunidade (CHOAY, 2001: 18). Esses bens – sejam materiais ou imateriais, móveis ou imóveis – se comportam como documentos, e possuem, para além de seu caráter como testemunhos da história, um valor pedagógico de

¹ * Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFPB; Participante do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN.

instrução da comunidade (FONSECA, 2005: 59). O termo patrimônio histórico tem sido empregado para imprimir o caráter de pertencimento a estes bens, de apropriação por parte de seus “herdeiros”, e como forma de garantir a sua integridade e continuidade, como afirma José Reginaldo Gonçalves.

“[...] classificar uma cultura como *patrimônio* pressupõe que alguém, algum sujeito individual ou coletivo, esteja agindo em relação a ela como se fosse uma propriedade. De um ponto de vista nacionalista, apropriar-se de uma cultura nacional significa um empreendimento no sentido de restabelecer ou defender a integridade e a continuidade de valores supostamente ameaçados [...]. Uma nação é concebida como legítima proprietária de sua cultura”. (GONÇALVES, 2002: 63)

No Brasil, o instrumento utilizado, por excelência, nessa apropriação tem sido o ato do “tombamento”, no caso de bens materiais, e do “registro”, no caso de manifestações culturais, saberes e fazeres, e outras práticas ditas imateriais. Esses instrumentos têm sido tão comumente empregados que muitas vezes se confundem com a própria preservação (FONSECA, 2005: 180). Mas embora seja um importante instrumento de salvaguarda, o tombamento por si só não é capaz de resguardar a integridade e continuidade desse patrimônio, é preciso, para isso, que exista um reconhecimento por parte da sociedade, que atue na preservação destes bens.

As questões da preservação de bens de valor histórico freqüentemente se referem a situações em que valores culturais estão ameaçados de desaparecer, objetos e monumentos valorizados como patrimônio “[...] são apresentados como num processo de desaparecimento, dispersão e sujeitos a destruição” (GONÇALVES, 2002: 90). Aí podemos incluir também as manifestações culturais, saberes e fazeres e as tradições do folclore em geral.

É nesse contexto que se pretende refletir sobre a situação dos engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, na Paraíba. O município teve seu núcleo urbano (Figura 1) elevado recentemente, no ano de 2006, à categoria de Patrimônio Histórico Nacional, através do tombamento federal¹, considerando seu valor urbanístico, arquitetônico, histórico e



Figura 1: Mapa de delimitação do tombamento federal e área de entorno do Sítio Histórico de Areia. Fonte: IPHAN, 2006.

² ¹ O núcleo urbano de Areia já havia sido reconhecido como patrimônio estadual em 1979, através do Decreto nº. 8.312, de 8 de dezembro de 1979. Em 2006 foi reconhecido como patrimônio nacional, através do Processo de Tombamento Nº 1489-T-02 (MORAIS, 2008: 61).

paisagístico, porém, seu patrimônio rural, destacadamente os engenhos de cachaça e rapadura ali instalados, não foi considerado no processo, mesmo se tendo em conta que a atividade agrícola do município teve grande participação no desenvolvimento da cidade. Esse patrimônio rural vem diminuindo em número, e os que restam, tem passado por diversas modificações ao longo dos anos, o que acarreta perdas ao seu patrimônio arquitetônico e cultural, com o desaparecimento de manifestações culturais outrora realizadas.

Os engenhos de cana-de-açúcar e o município de Areia

O município de Areia está localizado na Microrregião do Brejo Paraibano, no topo da Serra da Borborema (Figura 2), região que possui altitudes próximas dos 600 metros, com clima úmido, banhada pela bacia do rio Mamanguape, cujos afluentes são os responsáveis pela formação das estreitas várzeas, favoráveis à implantação dos engenhos de cachaça e rapadura, além da predominância de solos argilosos profundos, característicos de terras férteis (ALMEIDA, 1994: 15).



Figura 2: Vista aérea do núcleo urbano de Areia/PB.

Fonte: Acervo IPHAN/Dirceu Tortorelli.

Suas características físicas tornaram Areia um dos locais mais propícios para o plantio da cana-de-açúcar, desde o início de sua implantação, no século XVII. A história de Areia, e de todo o Brejo paraibano, está ligada à história da civilização do açúcar no Brasil. Os engenhos de cachaça e rapadura existentes na região são símbolos de seu passado rico em valor histórico e cultural (DANTAS, 2004: 2). E de fato, como relata Horácio de Almeida, foi a única cultura agrícola que nunca chegou a ser totalmente abandonada no município, mesmo com a mudança dos seus ciclos econômicos.

“O freqüente abandono de uma solução por outra, nos ciclos econômicos, mostra a instabilidade da produção básica do município, em cuja ordem se sucedem algodão, cana, café, agave e por fim a pecuária. A cana-de-açúcar tem sido, em todos os tempos, a cultura intermitente, que nunca foi totalmente abandonada [...]” (ALMEIDA, 1958: 112).

A atual cidade de Areia surgiu entre fins do século XVII e início do século XVIII, a partir de um pouso de tropeiros no caminho entre o litoral e o sertão que se tornou um

povoado, com a alcunha de “Sertão de Bruxaxá”. No início do século XIX, por volta de 1815, o povoado foi elevado ao status de Vila Real do Brejo de Areia, e mais tarde, em 1846, tornou-se a segunda cidade do estado da Paraíba² (ANDRADE, 2008: 2). Até o século XIX, as propriedades rurais – os engenhos e fazendas – foram os impulsionadores do desenvolvimento urbano de Areia.

“Num primeiro momento, essa ocupação [do Brejo Paraibano] aconteceu com base no cultivo de lavouras de subsistência para o abastecimento do mercado interno e também com a plantação de cana-de-açúcar. Esta última era uma atividade produtiva muito importante para os donos de terra no Brejo, uma vez que garantia a sua articulação com as outras regiões. Outra atividade econômica extremamente importante para compreendermos tal ocupação foi a pecuária, pois na medida em que o Sertão foi sendo ocupado, [...] o Brejo, por sua localização geográfica, passou a ser um dos caminhos obrigatórios que levavam do Sertão ao Litoral e vice-versa. No início era apenas o local de descanso dos vaqueiros que levavam o gado para o interior, ou que voltavam com o rebanho para ser abatido e distribuído nos mercados do Litoral. Em função dessas áreas de pouso, foram surgindo, pouco a pouco, tal como ocorreu no Agreste, os primeiros núcleos de povoamento”. (FIÚZA *et al.*, 1998: 42 *apud.* MORAIS, 2008: 23)

O surgimento dos primeiros engenhos no município data de meados do século XVIII, por volta de 1760. O registro mais antigo data de 1764, e refere-se ao Engenho Bolandeira (ALMEIDA, 1994: 20-21). Os primeiros engenhos se caracterizavam como pequenas propriedades que se localizavam próximas umas das outras, e normalmente eram implantados próximos a vales e riachos, que ajudariam na irrigação das terras. Inicialmente o principal produto era o açúcar, mas este logo foi substituído pela produção de cachaça e rapadura, por estes possuírem um processo de fabricação mais rápido e rentável (ALMEIDA, 1958: 101), além da dificuldade de exportação devido ao relevo acidentado e das distâncias aos portos de embarque.

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Areia vive um breve apogeu devido a um período de prosperidade dos engenhos de açúcar (ALMEIDA, 1958: 100-103). Este foi um período de grande progresso para a cidade, com o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades culturais – circulação de jornais locais, construção de teatro, etc. – além da construção das casas mais imponentes da cidade e das ruas calçadas (GARCIA JUNIOR, n/d: 14-15). Essa situação se estende até o início do XX quando uma grande crise leva boa parte das propriedades a condição de *fogo morto*. Vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, a inconstância dos ciclos econômicos, que alteravam o uso das

propriedades, além da implantação da estrada de ferro, que a partir de 1900 se estende apenas até os municípios vizinhos de Guarabira e Alagoa Grande (ALMEIDA, 1958: 104), dificultando o escoamento da produção agrícola de Areia. Outro fator que contribuiu para o declínio dos engenhos foi a instalação de uma usina no município, a Santa Maria, em 1931, (ALMEIDA, 1994: 27), que arrendou, ou adquiriu, terras de outros engenhos vizinhos que passaram a ser aproveitadas apenas para o plantio da cana, culminando na ociosidade e abandono de boa parte das edificações (DANTAS, 2004: 3).

“Essa, certamente, foi a fase mais depredadora em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da região. Indiferentes a tudo que não representasse interesse imediato a seus negócios, seja a cana-de-açúcar ou a pecuária extensiva, as usinas e os novos proprietários, principalmente, destruíram a cobertura vegetal de proteção dos morros e as matas ciliares, as paisagens típicas e as edificações de interesse histórico e arquitetônico. [...]. Tudo como sempre feito em nome do progresso”. (ALMEIDA, 1994:32)

A usina Santa Maria teve seu declínio na década de 1990. Atualmente restam apenas ruínas de suas instalações, mas alguns dos engenhos que haviam sido arrendados durante seu funcionamento continuam produzindo, alguns com novas instalações para substituir as que foram destruídas durante este período. Chegaram a existir mais de cem engenhos no município ao final do século XIX. Na década de 1950 esse número havia sido reduzido para cerca de 80, além de uma usina (ALMEIDA, 1958: 37), e no final da década de 1990 existiam menos de 10% do total (ALMEIDA, 1994: 31). Essas propriedades mudaram de função, foram abandonadas, destruídas para ampliação da área de plantio ou criação de loteamentos e assentamentos, e até submersas por barragens.

Além da importância histórica e na configuração cultural e urbana de Areia, o patrimônio arquitetônico encontrado em algumas das propriedades remanescentes justifica a sua valorização patrimonial. Os conjuntos edificados dos engenhos de Areia foram construídos, em sua maioria, durante os séculos XVIII e XIX, e são comumente formados pela fábrica (engenho) (Figura 3), casa-grande, curral, depósitos, casa de moradores, e, em alguns casos, capelas. De modo geral, a fábrica apresenta uma arquitetura funcional, sem adornos ou outros elementos que não se justificassem por sua utilidade (CARVALHO, 2005: 18), essas edificações possuem um valor estético e cultural, pois estão intimamente relacionadas com o saber ali praticado. O



Figura 3: Fábrica do Engenho Vaca Brava de Baixo, construído por volta de 1860. Fonte: Anna Cristina Andrade Ferreira, em 15/01/2009.

mesmo acontece, na maioria dos casos, com as demais edificações, a exceção verificada é no caso das casas-grande e das capelas. Comumente construídas em pontos mais altos em relação às demais edificações, se destacam em relação ao resto do conjunto por possuírem elementos decorativos, incorporados durante os períodos de apogeu dos ciclos econômicos.

Outro fator diferencial da arquitetura dos engenhos é

a organização interior, e os seus elementos construtivos, como os telhados das fábricas formados por tesouras tipo “canga-de-

boi” com telha tipo cerâmica, sustentados por pilares dispostos nas laterais da fábrica. A casa grande apresenta tipologia construtiva variada, nessa região o mais comum são as casas com três alpendres (Figura 4), frontal e lateral, mas essa tipologia pode variar, encontrando-se desde casas apenas com alpendres laterais (Figura 5), como as sem alpendre.

Para além do patrimônio material, “A melhor riqueza que escorria nas bagaceiras de engenhos e que lamentavelmente quase toda se perdeu era a do folclore, na sua expressão mais genuína, manifestado nas artes de curar e do sabor da linguagem brejeira, [...]” (ALMEIDA, 1958: 106). O declínio da atividade dos engenhos gerou uma série de problemas sociais, como o desemprego e o êxodo rural, e com os trabalhadores partem também as tradições outrora desenvolvidas.

Algumas propriedades chegaram a possuir mais de cinquenta casas de moradores, que realizavam festas e danças nas datas religiosas, como o coco de roda e a formação de bandas de pífano, atividades que desapareceram da região sem deixar registros. Outra atividade tradicional do engenho, a do “mestre rapadureiro”, que dá o ponto do melaço para preparação da rapadura, e cujo ofício era passado de pai para filho, tem diminuído constantemente, devido à redução das unidades produtoras e do declínio do preço da rapadura. As cantigas por eles entoadas durante o preparo do doce, têm se perdido no tempo, e várias já foram esquecidas, também, sem deixar registros.³



Figura 4: Casa-Grande do engenho Barra do Salgado, tipologia com três alpendres. Fonte: Anna Cristina Andrade Ferreira, em 15/01/2009.



Figura 5: Casa-grande do engenho Várzea do Quati, com dois alpendres laterais. Fonte: Anna Cristina Andrade Ferreira, em 22/01/2009.

³ ³ Informações coletadas durante entrevistas realizadas entre janeiro e abril de 2009, com proprietários dos engenhos situados no município.

Atualmente, alguns proprietários têm procurado investir em novas alternativas econômicas, aliadas ou em substituição da produção de cachaça e rapadura. Uma dessas atividades é o turismo, sobretudo com a exploração do eco-turismo e do turismo rural, como a criação do projeto “Caminho dos Engenhos”, porém essa atividade ainda é praticada em poucas propriedades e de forma incipiente. Economicamente, as tentativas se voltam para a pecuária, atividade que também tem causado descaracterizações dos conjuntos arquitetônicos (Figura 5); e as culturas de subsistência, voltadas para o abastecimento local (MORAIS, 2008: 26).

Considerações Finais

O reconhecimento do núcleo urbano de Areia como patrimônio nacional demonstra uma preocupação em se preservar os diversos tipos de ocupação urbana que ajudaram a configurar o território nacional, bem como sua arquitetura tradicional.

Para além da importância cidadina, o patrimônio rural de Areia, sobretudo os engenhos de cachaça e rapadura, se mostra rico em simbologias e tradições, e atuou de forma direta na formação urbana da cidade.

O quadro de desolação em que se encontram esses conjuntos não é recente, ele vem se desenvolvendo ao longo de todo o século XX, como reflexo das oscilações econômicas, do abandono por parte dos proprietários e da falta de ações que visem orientar as modificações realizadas, que tem gerado perdas irreparáveis ao patrimônio arquitetônico.

A não inclusão dos engenhos no processo de tombamento do núcleo urbano, seja na área de preservação rigorosa ou em sua área de entorno, não configurou diretamente como mais um elemento de degradação, porém, a proteção patrimonial poderia gerar ações de salvaguarda que visassem a proteção de seu patrimônio arquitetônico e o reconhecimento de suas tradições culturais.

Muitas das alterações realizadas nas unidades produtoras se tornaram necessárias, como forma de modernizar as atividades do engenho, e tentar frear o declínio econômico em que estes se encontram. Porém, a falta de fiscalização e orientação por parte de órgãos do patrimônio, faz com que os proprietários alterem, e até destruam, as estruturas de acordo com a sua vontade.

Para além do patrimônio material, as diversas manifestações culturais praticadas na região aos poucos têm desaparecido, sem que sejam objeto de registro e/ou inventários, que possam garantir sua permanência e o alcance das gerações futuras.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antônio Augusto de. *Brejo Paraibano: contribuição para o inventário do patrimônio cultural*. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.
- ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia: memórias de um município*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.
- ANDRADE, Catarina Paes de. *Implantação dos engenhos de cana-de-açúcar na cidade de Areia/PB: açúcar, cachaça e rapadura no Brejo Paraibano*. João Pessoa: Artigo para o Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, 2008.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba*. Vol. 1 e 2. João Pessoa: Trabalho Final (Monografia) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPB, 2005.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.
- DANTAS, Leiliam. *Estratégias de valorização de produtos sucroalcooleiros artesanais no contexto do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local, 2004. Em <http://www.itoi.ufrj.br/seminario/anais/Tema%205-1-DANTAS.pdf> acessado em agosto de 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Ed. Marco Zero e Editora UNB, 1989.
- _____. *Libertos e Sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da UFRJ, n/d. Em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm acessado em setembro de 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 2002.
- MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX)*. Recife: UFPE / MDU / Dissertação de Mestrado, 2008.